

# Investigando os determinantes individuais da confiança política entre os brasileiros

Ednaldo Aparecido Ribeiro\*

Artigo

## Resumo

Uma das principais explicações sobre o fenômeno da desconfiança política nas atuais democracias afirma que a mesma seria resultado de um processo de mudança cultural que estaria conduzindo ao estabelecimento da cidadania crítica, combinação de uma postura desafiadora com uma clara opção pela democracia. Embora consistente no cenário dos regimes solidamente estabelecidos, críticos têm apontado que essa tese não poderia ser estendida às jovens democracias. Nesses países o fenômeno seria explicado pela desilusão dos cidadãos com o funcionamento concreto do sistema político, que não estaria satisfazendo as expectativas geradas ao longo do processo de transição. Nesse trabalho tratamos dessa polêmica ao testar essas hipóteses no contexto brasileiro, investigando os determinantes individuais da desconfiança política. Utilizando dados produzidos pelo projeto *World Values Survey*, propomos um modelo de análise que confronta simultaneamente diferentes hipóteses para o fenômeno e concluímos que a tese da desilusão tem maior consistência empírica para o caso nacional.

**Palavras-chave:** confiança política, democracia, desilusão, mudança cultural.

## 1. Introdução

Desde a segunda metade de século XX a expansão da democracia tem sido um fato amplamente documentado pela literatura política. Sobretudo após a chamada terceira onda de democratização (HUNTINGTON, 1991), com o surgimento de jovens democracias em todos os continentes, essa forma de governo alcançou relativa he-

---

\* Professor do Departamento de Ciências Sociais da Universidade Estadual de Maringá. Endereço eletrônico: ednaldorip@uol.com.br.

gemonia mundial. Tal expansão, entretanto, tem sido acompanhada nas últimas décadas pelo declínio acentuado dos níveis de confiança política manifestos pelos cidadãos em relação às suas instituições fundamentais. Com diferentes intensidades, uma verdadeira síndrome de desconfiança atinge atualmente tanto regimes consolidados, quanto aqueles que ainda lutam para estabelecer suas bases (NYE, 1997; LEVI, 1998; KLINGEMANN, 1999; WARREN, 1999; NORRIS, 1999a; DALTON, 1999, 2004; CATTERBERG & MORENO, 2005).

As pesquisas recentes têm revelado a complexidade e diversidade desse fenômeno que se manifesta de maneiras distintas em diferentes grupos de sociedades. Nas democracias que se consolidaram por volta dos meados do século passado, por exemplo, verifica-se a ocorrência de um cinismo endêmico e enraizado, explicado em grande medida por recentes escândalos relacionados à corrupção e também pela manifesta incapacidade das novas instituições para atender os anseios da população. Situação ainda mais preocupante tem ocorrido nas democracias mais antigas como os Estados Unidos, Inglaterra e França, onde o declínio tem sido dramático (NEWTON & NORRIS, 2000; DALTON, 1999; KLINGEMANN, 1999). O caso das democracias que se estabeleceram no contexto da terceira onda de democratização representa um capítulo à parte nessa agenda de pesquisas, pois a profunda diversidade de nações envolvidas nesse grande grupo conduz a situações bastante distintas que ainda merecem ser analisadas com maior cuidado.

Coerentemente com essa diversidade de manifestações, as explicações propostas são também bastante variadas e em boa medida concorrentes. Não pretendemos apresentar uma revisão teórica sobre essas perspectivas<sup>1</sup>, mas uma rápida menção as principais proposições pode ser útil.

Fundamentando-se em argumentos sócio-psicológicos alguns estudiosos interpretam a questão da confiança a partir dos tipos de personalidades individuais, formadas fundamentalmente pelos processos de socialização primária (ROSENBERG, 1957; GABRIEL, 1995). De acordo com essa interpretação, em decorrência de seus

---

1 Revisão bastante interessante com atenção especial à pertinência das diferentes abordagens para o caso brasileiro pode ser encontrada em Moisés (2005).

históricos psicológicos, alguns indivíduos tenderiam a manifestar uma visão mais positiva em relação à vida e, conseqüentemente, seriam mais propensos a confiar.

Inspirados por teorias racionalistas, outros autores defendem que a confiança é uma função direta da avaliação dos cidadãos em relação ao desempenho econômico de governos e elites políticas (KORNBERG & CLARKE, 1992; ANDERSON, 1995). Assim, o nível de confiança política expresso pelos cidadãos seria bastante flexível e flutuaria de acordo com a percepção de que os governos atendem às suas demandas principalmente na área econômica.

Também merece destaque um grupo de pesquisadores que tem associado a desconfiança à falta de *accountability* de algumas instituições fundamentais das democracias contemporâneas, como os partidos e os parlamentos (NORRIS, 1999b; LISTHAUG, 1995). Segundo essa perspectiva as diferentes engenharias institucionais, com variados níveis de abertura, visibilidade e controle inspiraria nos cidadãos diferentes graus de confiança política.

Em um registro racionalista mais radical, pesquisadores como Hardin (1999) e Levi (1999) defendem que a confiança só pode se estabelecer em situações de encapsulamento de interesses, nas quais existe informação suficiente para que o confiante saiba antecipadamente se seus interesses serão levados em conta pelo confiado no curso de suas ações. Esse argumento leva os autores a questionar a viabilidade de relações de confiança entre cidadãos e instituições políticas em um contexto social complexo em que a informação é relativamente cara.

Em oposição a essa última interpretação podemos identificar um grande número de autores defendendo abordagens de orientação culturalista, como aqueles que tentam explicar o fenômeno a partir do complexo de valores culturais de cada uma das sociedades (FUKUYAMA, 1995; BELLAH *et al.*, 1985; COLEMAN, 1990). Em um mundo complexo a decisão sobre confiar ou não confiar ultrapassaria o nível estritamente racional, sendo igualmente relevante o campo normativo com suas variáveis de natureza social e cultural.

No interior desse campo culturalista uma explicação que tem alcançado bastante reconhecimento nos últimos anos é aquela formu-

lada pelos estudiosos dos processos de mudança cultural, dentre os quais destacamos Ronald Inglehart. Esse pesquisador tem apontado em diferentes trabalhos que uma postura crítica diante das estruturas tradicionais de representação política das democracias ocidentais estaria se desenvolvendo como parte de um fenômeno maior de mudanças nas prioridades valorativas individuais em direção à valorização da auto-expressão e do bem-estar subjetivo (INGLEHART, 1999; INGLEHART & CATTERBERG, 2002; INGLEHART & WELZEL, 2005).

A emergência dessas novas prioridades estaria engendrando nos cidadãos o desejo por maior participação e autonomia que não estaria sendo satisfeito de maneira adequada pelas instituições tradicionais estruturadas hierarquicamente, como os partidos e sindicatos. Diante disso, esses indivíduos estariam cada vez mais se engajando em modalidades de ação não convencionais e contestatórias, bem como manifestando níveis cada vez menores de confiança política (INGLEHART, 1999).

A desconfiança seria, a partir dessa explicação, manifestação da emergência de uma cidadania crítica em relação às instituições tradicionais, fundamentada em uma sólida opção pela participação e liberdade de expressão, portanto, potencialmente positiva ao processo de aprofundamento democrático (MISHLER & ROSE, 1997; INGLEHART, 1999).

Apesar de consistente no que diz respeito aos países de industrialização avançada, essa abordagem não pode, entretanto, ser imediatamente transposta para as jovens democracias. As condições sociais e econômicas normalmente associadas ao processo de mudança cultural pós-materialista não se verificam na imensa maioria das sociedades envolvidas nesse grupo, de modo que outros fatores deveriam ser considerados nas análises que se debruçam sobre esses contextos específicos.

Atentos a esse tema, recentes trabalhos têm enfatizado que as respostas para a questão devem variar em razão do contexto político, econômico e social existente em cada sociedade (INGLEHART & CATTERBERG, 2002; CATTERBERG & MORENO, 2005). Assim, defendem que as causas e conseqüências da redução dos níveis de confiança política nas democracias solidamente estabelecidas seriam distintas daquelas que poderiam explicar o mesmo

processo nos novos regimes. Se nas primeiras a tese da emergência da cidadania crítica faz sentido, no caso das sociedades que recentemente fizeram suas transições essa argumentação careceria de consistência. Nessas últimas, a desilusão e a insatisfação com o real funcionamento da democracia é que determinaria os níveis de confiança manifestos pelos cidadãos em relação às instituições. Ou seja, nessas realidades as explicações institucionalistas relacionadas ao desempenho seriam mais úteis.

Transpondo esses argumentos para a análise do caso brasileiro, deveríamos entender nossos altos índices de desconfiança como resultantes de sucessivas avaliações negativas sobre o desenvolvimento concreto da democracia, o funcionamento de suas instituições e a atuação das elites políticas. Como as condições sócio-econômicas necessárias à sofisticação política dos indivíduos e ao desenvolvimento de uma cidadania crítica ainda não se verificam de maneira consistente por aqui, a desilusão ou insatisfação com a efetividade dessa forma de governo apareceria como resposta mais adequada.

Nosso objetivo com esse artigo é testar no plano empírico a validade dessa explicação através da identificação dos determinantes individuais que melhor explicam a confiança política entre a população brasileira. Por meio da construção de um modelo de análise multivariada que opõe as principais hipóteses teóricas contemporâneas sobre a questão, pretendemos investigar os impactos produzidos por diferentes dimensões de valores e atitudes sobre o grau de confiança depositado pelos cidadãos brasileiros em relação às principais instituições políticas.

## 2. Confiança política, cidadania crítica e desilusão

Como mencionamos anteriormente, uma das explicações levantadas para o fenômeno em questão tende a associar baixos níveis de confiança política ao desenvolvimento de uma perspectiva crítica em relação às instituições políticas tradicionais (INGLEHART, 1999). O argumento se fundamenta na tese de que o desenvolvimento sócio-econômico, verificado principalmente nas nações industrialmente avançadas na segunda metade do

século XX, teria produzido uma crescente sofisticação cognitiva nos indivíduos e conduzido ao que alguns autores denominam de cidadania crítica, associada à emergência dos chamados valores pós-materialistas (NORRIS, 1999).

Essa postura crítica se caracterizaria principalmente pela convivência de uma forte adesão a princípios, valores e atitudes democráticas com acentuados níveis de desconfiança. As bases dessa explicação, portanto, se encontram nas polêmicas e profícuas formulações que compõem a teoria do desenvolvimento humano, formulada e defendida por Ronald Inglehart e seus vários colaboradores (INGLEHART & WELZEL, 2005).

Sem pretender resumir ou sintetizar essa teoria de amplo alcance, é importante ressaltar que as primeiras afirmações acerca da emergência dos chamados valores pós-materialistas datam do final da década de 1970, quando Inglehart publicou *The Silent Revolution*, obra recorrentemente apontada como marco inaugural de um programa de pesquisas que tem defendido a tese da ocorrência de uma lenta e contínua alteração nas prioridades valorativas individuais em nível mundial.

Quase três décadas de investigações empíricas e teóricas se passaram desde esse impulso inicial e, repetidamente, a tese da mudança de um amplo conjunto de valores humanos em direção a uma postura pós-materialista tem sido testada a partir de evidências empíricas coletadas em dezenas de países nos diferentes continentes e regiões do globo. A mencionada *teoria do desenvolvimento humano*, tal como definida por Inglehart e Welzel (2005), é o resultado atual dessa série de investigações.

No campo político esse fenômeno teria conseqüências positivas sobre os processos de democratização, pois estaria associado à adoção de valores e atitudes congruentes com essa forma de governo (INGLEHART & WELZEL, 2005). Tais orientações subjetivas, entretanto, também seriam acompanhadas de uma postura crítica em relação ao funcionamento concreto das instituições políticas e, sobretudo, pelo questionamento dos mecanismos tradicionais de representação (INGLEHART, 1990; 2001; INGLEHART & WELZEL, 2005). O reflexo dessa atitude crítica seria a redução significativa nas taxas de mobilização política verificadas nas últimas décadas

nas sociedades avançadas industrialmente. Esse quadro, todavia, não poderia ser interpretado como sinal de apatia por parte dos públicos dessas nações, pois em paralelo a essa redução na participação tradicional estaria ocorrendo processo inverso nas chamadas *elite-directed political action*, ou seja, nas atividades de contestação as instituições e elites estabelecidas (NORRIS, 2002; INGLEHART & WELZEL, 2005).

O desejo de tomar parte dos assuntos públicos de uma maneira mais ativa e direta estaria acompanhando, portanto, a mudança pós-materialista. Uma vez superados os limites estritos da sobrevivência física e econômica, os indivíduos estariam se preocupando cada vez mais com questões relacionadas à sua auto-expressão, gerando uma “intervenção cidadã na política” (INGLEHART, 2001, p. 221).

Ainda que diferentes testes tenham afirmado a pertinência dessa tese nos chamados países avançados industrialmente, a possibilidade de sua transposição para realidades sociais, econômicas e políticas distintas deve ser analisada cuidadosamente, sobretudo quando os objetos de estudo passam a ser as jovens democracias. Na maioria dos países que realizaram suas transições no período da terceira onda de democratização o desenvolvimento sócio-econômico ainda não assegurou as condições necessárias à emergência do fenômeno da cidadania crítica. A suposta síndrome de valores pós-materialistas atinge nesses países um percentual reduzido da população e a sofisticação política é limitada.

Como apontam Cattenberg e Moreno (2005) nesses contextos a dinâmica de flutuação das taxas de confiança política parece seguir um padrão semelhante ao verificado nas taxas de aprovação presidencial nos períodos pós-eleitorais, partindo de patamares elevados para gradualmente decaírem contínua e sensivelmente. Os processos de transição democrática nessas nações conduziram à formulação de altas expectativas que se manifestaram em níveis elevados de aprovação e confiança no momento imediatamente posterior à mudança, configurando uma espécie de lua-de-mel com a democracia (INGLEHART & CATTERBERG, 2002). A ineficiência da maioria dos regimes implantados no atendimento dessas expectativas, sobretudo nas áreas econômicas e sociais, levaram gradualmente ao desencanto e ceticismo em relação ao sistema político, o

que aparece claramente nas atuais taxas de confiança depositadas em suas instituições fundamentais.

Assim, a desconfiança nesse amplo conjunto de nações não poderia ser considerada resultado de uma mudança cultural produzida pela emergência de gerações de indivíduos socializados em contextos sócio-econômicos mais favoráveis, mas sim efeito da desilusão em relação ao sistema político concretamente existente e, principalmente, ao desempenho de suas instituições. Nesses termos, a situação das chamadas jovens democracias seria explicada de maneira mais satisfatória pelas teorias que atrelam a confiança política ao funcionamento adequado das instituições políticas. Tal perspectiva entende que instituições transparentes, imparciais, universalistas e responsivas tendem a gerar confiança entre os cidadãos (OFFE, 1999; NORRIS, 1999b; MOISÉS, 2005)

Essa parece ser a situação do Brasil, no qual o estabelecimento das liberdades civis e dos direitos políticos foi acompanhado por crescente desencanto e desconfiança em relação às instituições em decorrência das enormes dificuldades dos sucessivos governos em resolver os graves problemas sociais e econômicos que atingem a nação como um todo e as classes menos favorecidas em especial (CARVALHO, 2002; MOISÉS, 2005).

Apesar de salientar que não existem ainda indícios consistentes de que essa manifesta desconfiança esteja acompanhada da preferência por regimes autoritários, Moisés (2005) chama a atenção para os possíveis efeitos de longo prazo, caso esse quadro não se reverta. Defendendo uma posição que consideramos próxima da adotada por Catterberg e Moreno (2005), esse pesquisador brasileiro vê a confiança política como uma função da coerência das instituições em relação as suas justificativas normativas. Esse nível normativo geraria nos indivíduos determinadas expectativas acerca do funcionamento concreto das mesmas e do confronto entre o esperado e o verificado surgiria a satisfação ou a insatisfação, a confiança ou a desconfiança.

Segundo essa perspectiva, que consideramos bastante pertinente, a confiança seria um fenômeno multidimensional nos termos eastonianos, pois dependeria tanto da internalização de valores normativos, quanto das experiências políticas dos cidadãos em suas



vidas adultas (EASTON, 1965). O cidadão ao longo do seu processo de socialização primária seria apresentado a um conjunto de orientações que o conduziria a formulação de expectativas em relação à existência e ao desempenho das instituições. Tais orientações podem ser positivas ou negativas, refletindo os diferentes contextos em que se deu o período formativo das personalidades, sendo também mutáveis e sensíveis às experiências que se desenvolvem na fase adulta dos indivíduos. Assim, níveis elevados de confiança política construídos nos períodos iniciais de formação do cidadão podem ser reduzidos pela constatação concreta de que as instituições não têm desempenhado a contento as funções para as quais foram criadas.

Na próxima seção, através do desenvolvimento de um modelo de análise multivariada que visa identificar os determinantes individuais da confiança política, pretendemos verificar no contexto nacional a pertinência desse tipo de argumento que busca explicar as altas taxas de desconfiança nas jovens democracias pelo desempenho institucional abaixo das expectativas geradas pelos processos de transição.

### 3. Questões metodológicas, análise e resultados

#### *Dados e metodologia*

Utilizamos nessa investigação dados produzidos pelo projeto World Values Surveys (WVS) sobre o Brasil<sup>2</sup> em sua pesquisa concluída em 1997<sup>3</sup>. O WVS é uma grande investigação sobre mudanças sócio-culturais e políticas, executada por uma rede global de cientistas sociais a partir de *surveys* aplicados a amostras nacionais representativas de mais de 80 nações espalhadas por todos os continentes do planeta. As coletas de dados têm se repetido

---

2 Esses dados estão presentes na base integrada v20060423, que reúne as informações de todas as pesquisas realizadas pelo WVS e também pelo European Values Surveys desde 1980. Essa base integrada está disponível no endereço <http://www.worldvaluessurvey.org/> sob o código xwvsevs\_1981\_2000\_v20060423. Aproveitamos a oportunidade para agradecer a Ronald Inglehart, presidente do WVS, por permitir o acesso aos dados.

3 Infelizmente, por falta de recursos financeiros, a rodada de pesquisas conduzidas por essa organização entre 1999-2002 não incluiu o Brasil.

desde o início da década de 1980 em sucessivas ondas (1980-1984, 1990-1993, 1995-1997, 1999-2002 e 2005) e, na sua última edição concluída, produziu dados representativos para mais de 80% da população mundial. Como parte de sua quarta onda de investigações, em 1997 o questionário mundial foi aplicado no Brasil a uma amostra representativa composta por 1149 entrevistados.

Os dados serão analisados a partir de modelo de regressão desenvolvido especialmente para testar no nível empírico as principais hipóteses atualmente propostas para explicar o fenômeno da desconfiança política. Com esse procedimento será possível identificar o impacto produzido por diferentes variáveis sobre os níveis de confiança manifestos pelos brasileiros em relação às instituições centrais do sistema político vigente em nosso país.

### *Determinantes da confiança*

Na elaboração do modelo utilizado para explorar os determinantes individuais da confiança política entre os brasileiros a pesquisa de Catterberg e Moreno (2005) foi fonte direta de inspiração. Esse trabalho merece atenção, pois incorpora um amplo conjunto de variáveis que representam e opõem em uma única equação as principais hipóteses atualmente disponíveis para a explicação das variações nos níveis de confiança.

Avaliando esse procedimento como bastante profícuo, partimos da estrutura básica proposta por esses autores, introduzindo, entretanto, algumas variáveis e dimensões que melhor se adéquam as particularidades da realidade brasileira.

Como não poderia deixar de ser, nosso ponto de partida foi a definição da variável dependente que deveria expressar da forma mais adequada possível a confiança política. Os autores acima mencionados, devido a problemas inerentes à natureza comparativa de seu trabalho, se viram obrigados a adotar uma medida simplificada baseada no somatório dos níveis de confiança nos serviços públicos e no parlamento.

Como a pesquisa que ora apresentamos se debruça apenas sobre uma unidade nacional, foi possível empregar uma medida mais

complexa que pudesse envolver outras instituições fundamentais à democracia contemporânea. Assim, além de mantermos a confiança no parlamento como componente da variável dependente, também incluímos medidas relativas aos partidos políticos e aos sindicatos. Optamos pela exclusão da medida de confiança nas instituições responsáveis pelos serviços públicos por entender que na realidade brasileira, marcada pelos processos recentes de privatização, essa variável não possa contribuir adequadamente para a definição de um índice de confiança política consistente. Sendo assim, nossa variável resposta é na realidade um índice obtido pelo somatório dos valores obtidos nas três medidas de confiança mencionadas<sup>4</sup>, resultando em uma escala de 10 pontos. A média encontrada para esse índice foi de apenas 3,2 pontos, revelando níveis reduzidos de confiança entre a população nacional.

Para a seleção das variáveis independentes, que poderiam teoricamente explicar a variação do índice acima descrito, nos orientamos basicamente pelo desejo de representar em nosso modelo as principais hipóteses levantadas pela literatura recente sobre a questão da confiança.

As primeiras duas medidas selecionadas nos remetem a tese de que a confiança política, mas também a interpessoal, está associada à prosperidade e a segurança econômica (INGLEHART, 1990; FUKUYAMA, 1995; CATTERBERG & MORENO, 2005). O argumento de sustentação dessa proposição é relativamente simples: indivíduos que superaram uma situação de escassez de recursos vitais teriam maior propensão à confiança do que aqueles que teriam suas vidas ameaçadas constantemente.

É interessante destacar que tal insegurança não se refere diretamente ao nível de renda dos indivíduos, mas à sensação de segurança por eles experimentada. Inglehart (1990; 2001) ao discutir a substituição dos valores de sobrevivência pelos de auto-expressão salienta que mais importante do que o nível de renda atual dos indivíduos, são as condições sócio-econômicas vigentes em seus períodos de socialização. Pessoas socializadas

4 Detalhes sobre as variáveis e sobre os procedimentos de composição do índice são apresentados ao final do texto no Apêndice.

em contextos de escassez e insegurança tendem a continuarem se sentindo inseguras e a valorizarem prioridades relacionadas à sobrevivência física e econômica mesmo quanto concretamente essas ameaças já não existem em suas vidas adultas. Atentos a isso, no modelo que propomos essa hipótese será representada pela variável *satisfação com a situação financeira familiar (1)* e *satisfação com a vida em geral (2)*. Isso não quer dizer que negligenciamos a variável renda, pois essa também é introduzida em nossa análise no bloco de medidas sócio-econômicas.

O segundo conjunto de variáveis incorporado na análise diz respeito diretamente à hipótese que relaciona os baixos níveis de confiança política nas jovens democracias à insatisfação e desilusão dos cidadãos em relação ao desempenho concreto das instituições que estariam se afastando das expectativas geradas por suas justificativas normativas.

Assim, a terceira variável selecionada é a *avaliação do sistema político atual (3)*, entendida aqui como medida da satisfação dos entrevistados em relação ao sistema político concretamente existente como um todo. Para viabilizar uma espécie de fator tendencial também incluímos uma medida da expectativa dos indivíduos para com o sistema político no futuro próximo, daqui a 10 anos (4).

Deslocando-nos para o campo da avaliação sobre os dirigentes que operam as instituições vigentes, incorporamos ao modelo duas medidas sobre a atuação do governo. A primeira variável é a *satisfação com o governo (5)* e a segunda deriva de uma pergunta sobre quais interesses seriam atendidos pelo governo atual (6).

Assim como no bloco anterior de variáveis, nossa hipótese inicial é de que essas medidas de satisfação e avaliação estariam positivamente associadas à confiança política manifesta pelos entrevistados, ou seja, quanto maior for a percepção de que o sistema político, as instituições e os seus dirigentes cumprem bem suas funções, maior será a confiança.

Ainda tratando do comportamento dos dirigentes, também selecionamos a variável *percepção sobre a corrupção (7)*, que indica o quanto os entrevistados pensam ser corrupta a administração pública em nosso país. Aqui nossa expectativa inicial é de que quanto

mais a administração pública é vista como corrupta, maior será a propensão à desconfiança.

Até esse momento o modelo comporta apenas variáveis relacionadas ao que podemos chamar de avaliações e percepções acerca de diferentes dimensões do desempenho do sistema político e de suas instituições. Essas medidas iniciais são congruentes com a hipótese que acreditamos ser mais plausível na explicação das flutuações de nossa variável dependente. Apesar de inicialmente aceitarmos a tese de que nos países em desenvolvimento, onde se deu a terceira onda de democratização, a mudança cultural não poderia explicar satisfatoriamente o fenômeno em questão, introduzimos algumas importantes variáveis relacionadas a diferentes conjuntos de valores, crenças e atitudes dos entrevistados. Com esse procedimento nossa intenção é tornar possível, através da comparação dos efeitos de cada medida, a identificação do rendimento de diferentes hipóteses concorrentes no plano empírico.

A primeira variável que compõe esse grupo foi obtida através da combinação das respostas fornecidas pelos entrevistados a quatro questões que visam identificar como os mesmos percebem situações políticas particulares. Na primeira delas as pessoas respondem se consideram ótimo, bom, ruim ou péssimo a existência de um líder forte que não precisa se preocupar com o congresso. Na segunda são levados a se posicionarem em relação à ocorrência de um governo de técnicos e especialistas. Na terceira acerca de um regime militar. Por fim, na quarta devem informar o que pensam sobre um governo democrático. A partir dessas variáveis originais do WVS construímos um índice somatório de *atitudes democráticas* (8), utilizado nesse trabalho para verificar em que medida a adesão normativa à democracia impacta os níveis de confiança política dos brasileiros.

Como discutimos na seção anterior, uma das explicações para o fenômeno da desconfiança em nível mundial associa tal fenômeno à emergência dos valores pós-materialistas. Naquele momento também apontamos que nos países em desenvolvimento, como é o caso do Brasil, apenas parcela reduzida da população manifesta tais prioridades valorativas, o que nos leva a conclusão de que os altos níveis de desconfiança política verificados entre os brasileiros não podem ser atribuídos a essa mudança cultural. Ainda assim, intro-

duzimos em nosso modelo o *índice de materialismo/pós-materialismo* (9) desenvolvido por Inglehart para analisar no nível individual a ocorrência de impacto dessa mudança de objetivos e prioridades sobre nossa variável resposta.

Também nesse segundo grupo de variáveis, introduzimos uma medida que indica a posição dos indivíduos em relação à ocorrência e à intensidade de mudanças sociais, políticas e econômicas, compondo um indicador de *radicalismo político* (10). Como escrevem Catterberg e Moreno (2005), seria esperado que essa variável estivesse forte e negativamente associada à confiança nas instituições política.

Preocupados com as possíveis relações existentes entre corrupção e confiança política optamos por incorporar uma medida de *aceitação da corrupção* (11), entendida aqui como disposição para justificar práticas sociais corruptas. Moreno (2002) apresentou interessantes evidências que associam negativamente tal aceitação a atitudes democráticas e também à confiança. Em nosso modelo essa variável foi obtida através da combinação das respostas dos entrevistados a quatro diferentes questões que perguntam sobre o grau de justificação de cada uma das seguintes práticas: 1) obtenção de um benefício público indevido, 2) não pagamento de passagem no transporte público, 3) sonegação do imposto de renda e 4) compra de objeto de roubo.

Outra hipótese interessante sobre o problema da confiança política deriva dos estudos sobre capital social que têm sido desenvolvidos ao longo das duas últimas décadas, com destaque para a obra *Comunidade e Democracia* de R. Putnam (1997). A confiança pode ser entendida nos marcos dessas pesquisas como uma característica relacionada à participação e ao associativismo de uma dada sociedade (FUKUYAMA, 1995). Níveis elevados de associativismo e de participação voluntária em organizações estariam associados a taxas elevadas de confiança, tanto política como interpessoal.

A operacionalização dessa hipótese em nossa análise se dá inicialmente pela introdução de um índice de *participação política* (12), obtida através da combinação das respostas fornecidas pelos entrevistados a uma série de perguntas sobre sua participação em diferentes organizações, instituições e atividades voluntárias.

Quanto à confiança interpessoal, evidências empíricas apresentadas por Rennó (2001) em pesquisa comparativa envolvendo diferentes países da América Latina atestam que essa dimensão está associada positivamente à confiança depositada pelos indivíduos na maioria das instituições e atores políticos. Sendo assim, optamos por também utilizar essa variável (13).

Apesar de termos antecipado nossa posição acerca da inadequação da tese da cidadania crítica ao caso brasileiro, como um teste empírico sobre a questão ainda não foi realizado, incluímos a variável *interesse por política* (14) que estaria associada à sofisticação cognitiva dos cidadãos. Segundo essa tese, o interesse por política estaria negativamente associado à confiança política, pois seria uma das características da postura crítica que estaria se desenvolvendo nas últimas décadas, principalmente nas nações industrialmente desenvolvidas.

Por fim, introduzimos como medidas de controle as seguintes variáveis sócio-demográficas: sexo, idade, educação e renda. Uma vez composto o modelo, a seguir apresentamos e discutimos os resultados obtidos.

## Resultados

Na tabela abaixo apresentamos os resultados obtidos com a análise de regressão. Para possibilitar a comparação entre todas as variáveis incluídas, optamos por transcrever até mesmo aqueles coeficientes que não obtiveram significância estatística mínima. Na primeira coluna aparecem as variáveis apresentadas anteriormente, na segunda estão os coeficientes B de cada uma delas e, por fim, os valores de Beta, que por serem padronizados possibilitam a comparação dos efeitos produzidos por cada uma das medidas sobre nossa variável dependente.

Como é possível verificar, as variáveis que medem a satisfação dos indivíduos em relação à situação financeira familiar e à vida como um todo não alcançaram significância estatística mínima, o que nos leva a concluir que no contexto do modelo apresentado não impactam a confiança política dos entrevistados. Também não alcançaram níveis de significância aceitáveis o índice de materialismo/

pós-materialismo, a medida de radicalismo político e a aceitação da corrupção, todas elas relacionadas à dimensão dos valores e crenças sociais e políticas dos pesquisados. O mesmo ocorre com a variável participação política e confiança interpessoal, relacionadas às teorias sobre capital social. Dentre as medidas sócio-econômicas, idade e educação também demonstraram não produzir efeito significativo sobre a variável dependente.

**Tabela 1 – Determinantes da confiança política**

Variáveis	B	Beta
Satisfação financeira	,022	,027**
Satisfação com a vida	,006	,007**
Avaliação do sistema político atual	,151	,169*
Avaliação do sistema político daqui a 10 anos	,061	,081*
Satisfação com o atual governo	,186	,082*
Percepção sobre benefícios atendidos	,426	,079*
Percepção sobre a corrupção	-,340	-,126*
Atitudes democráticas	-,099	-,093*
Índice de materialismo/pós-materialismo	,091	,046**
Radicalismo político	,117	,032**
Aceitação da corrupção	,001	,002**
Participação política	,040	,035**
Confiança interpessoal	,148	,011**
Interesse por política	,480	,213*
Sexo	-,262	-,058*
Idade	,001	,006**
Educação	-,148	-,044**
Renda	-,243	-,093*
R <sup>2</sup>		20,5%

\* sig. ≥0,05; \*\* sig. <0,05

A tabela também mostra que todas as três variáveis relacionadas à avaliação do sistema político se mostraram importantes. Ainda que os coeficientes sejam reduzidos, podemos ver que dentre essas medidas o maior impacto é produzido pela avaliação dos entrevistados acerca do sistema político atual (,169), seguida pela expectativa acerca do desempenho do sistema no futuro próximo



(,081). Assim, podemos concluir que indivíduos que avaliam positivamente o sistema político nesses diferentes momentos de tempo tendem a depositar maior confiança nas instituições políticas.

Ainda tratando desse nível avaliativo acerca do desempenho do regime e de suas instituições, também se mostrou significativo o efeito produzido pela medida de satisfação com o atual governo (,082), o que nos leva a entender que existe uma associação positiva entre desempenho governamental e confiança nas instituições. Da mesma forma, a percepção dos entrevistados sobre quais os benefícios que são preferencialmente atendidos pelo governo demonstrou produzir impacto estatisticamente significativo (,079).

Efeito maior pôde ser verificado em relação à variável que mede o quanto a corrupção estaria espalhada pela administração pública na visão dos entrevistados. Aqui o coeficiente é significativo e negativo (-,126), demonstrando que a percepção da administração pública como contaminada pela corrupção ocasiona redução significativa nos níveis de confiança política manifestos pelos indivíduos.

Dentre as variáveis relacionadas a crenças e valores políticos, ligadas as hipóteses da mudança cultural, a única que alcançou nível de significância estatística aceitável foi a que mede as atitudes democráticas. De maneira interessante, verificamos que o efeito produzido por essa medida é negativo (-,093), indicando que quanto maior a adesão a atitudes democráticas, maior é a tendência à desconfiança. Esse resultado parece confirmar alguns argumentos das hipóteses presentes nas formulações sobre a cidadania crítica, que tendem a afirmar que a desconfiança em relação às instituições democráticas não está acompanhada pela opção por formas autoritárias, mas sim por uma preferência pela democracia (INGLEHART, 1999).

Resultados igualmente interessantes podem ser verificados também nos efeitos produzidos pela variável interesse por política. Como escrevemos anteriormente, a literatura contemporânea apresenta evidências que apontam a existência de associação negativa entre essa medida e a confiança política nos países de industrialização avançada. Assim, quanto mais interessado, menor seria a tendência dos indivíduos à desconfiança política. Não

é o que verificamos na tabela acima, pois a variável demonstrou produzir efeito significativo e positivo, inclusive com coeficiente comparativamente elevado (,213).

Por fim, dentre as medidas de natureza sócio-econômicas introduzidas no modelo, apenas sexo (-,058) e renda (-,093) produziram impacto significativo, apresentando coeficientes negativos, indicando que homens tendem a confiar menos que as mulheres e que, na medida em que se eleva o nível de renda, aumenta também a desconfiança em relação às instituições políticas.

### *Discussão*

Os resultados encontrados subsidiam algumas reflexões importantes sobre as principais hipóteses disponíveis atualmente para explicar o fenômeno da confiança política e, especialmente, possibilitam avaliar a pertinência da tese de que em jovens democracias, como a brasileira, a crescente desconfiança tenha suas raízes na frustração e quebra de expectativas em relação ao desempenho concreto das instituições que compõem o regime.

Inicialmente devemos destacar que a tese da mudança cultural carece de consistência em nossa realidade. Apesar de Inglehart e seus colaboradores recorrentemente afirmarem a ocorrência no nível mundial de uma síndrome de valores pós-materialistas que estaria associada, dentre outras coisas, à emergência da cidadania crítica (INGLEHART, 2001; INGLEHART & WELZEL, 2005), as evidências que apresentam são válidas somente para as chamadas sociedades de industrialização avançada que experimentaram períodos relativamente longos de prosperidade econômica no pós-guerra.

Esse não é o caso das nações em desenvolvimento, como o Brasil, onde a mudança nas prioridades valorativas atinge uma parcela muito pequena da população, não podendo explicar os generalizados baixos níveis de confiança. Isso é confirmado quando verificamos que a medida de materialismo/pós-materialismo não produz impacto significativo sobre a variável dependente entre os brasileiros.

A tese defendida por Catterberg e Moreno (2005), inspirada nas perspectivas institucionalistas, parece ser bem mais consistente

à luz da análise multivariada que conduzimos, uma vez que a maioria das variáveis relacionadas ao desempenho do sistema, das suas instituições e elites se mostrou relevante no modelo.

As exceções ficaram por conta da medida de satisfação financeira e da satisfação com a vida em geral, que não alcançaram o nível mínimo de significância estatística necessário. Esse resultado, inclusive, coloca o Brasil em uma situação distinta da encontrada por Catterberg e Moreno (2005) ao analisar dados do WVS sobre quatro jovens democracias latino-americanas (Argentina, Chile, México e Peru). Nesses países a satisfação financeira se mostrou positivamente relacionada à confiança.

As avaliações dos entrevistados sobre o sistema político no presente e a sua expectativa em relação ao futuro se mostraram positivamente relacionadas à variável resposta, o que demonstra que a confiança está ligada ao desempenho concreto do regime. Essa compreensão é corroborada também quando verificamos que a satisfação com o governo vigente, a percepção sobre os interesses atendidos e o entendimento acerca da extensão da corrupção também impactam o nível de confiança.

A hipótese de que nas jovens democracias a desconfiança política seria um fenômeno ligado ao desempenho efetivo do regime se mostrou compatível com os resultados por nós obtidos. A distância entre a justificativa normativa dessas instituições e a sua efetividade na vida concreta parece estar gerando uma frustração das expectativas formuladas pelos cidadãos brasileiros, o que se manifesta na falta de confiança que as pesquisas têm revelado.

É importante salientar que os efeitos futuros desse fenômeno não podem ser antecipados. Por enquanto, temos indícios que apontam para o fato de que a desconfiança não está acompanhada de uma opção por fórmulas políticas autoritárias. Como nossos resultados mostram, a medida de atitudes democráticas está negativamente relacionada com a confiança, indicando que quanto mais democráticas são as atitudes individuais, maior é a tendência à desconfiança, ou seja, aqueles que desconfiam continuam a manifestar atitudes democráticas com intensidade relativamente maior.

Um ponto que merece ainda maior atenção é o efeito positivo relativamente grande produzido pela variável interesse por política sobre a confiança, pois esse achado contraria frontalmente as conclusões a que chegaram os defensores da tese da cidadania crítica. Inglehart (1999) e seus colaboradores ao estudarem nações com democracias estabelecidas têm identificado que o maior interesse por política está relacionado a atitudes contestatórias e, sobretudo, à falta de confiança nas instituições políticas tradicionais. Provando mais uma vez que essas conclusões não podem ser estendidas para o contexto das novas democracias, entre os brasileiros o interesse pelos assuntos políticos está associado a níveis mais elevados de confiança. Ainda não temos elementos suficientes para explicar essa associação que deve ser objeto de investigações futuras.

Em síntese, no caso específico de nosso país, a hipótese do desencanto e da frustração das expectativas formulada no contexto do processo de transição se mostrou bem mais congruente com os resultados encontrados por nós do que as demais teses propostas recentemente como explicações para a variação nos níveis de confiança política.

Recebido em 7.5.2008  
Aprovado em 18.10.2008

## Referências

ANDERSON, C. **Blaming the government**: citizens and the economy in five european countries. New York : M. E. Sharpe Press, 1995.

BELLAH, R.N. et al. **Habits of the heart**: individualism and commitment in american life. Berkeley: University of California Press, 1985.

CARVALHO, J.M. de. **Cidadania no Brasil**: o longo caminho. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2001.

CATTERBERG, G. & MORENO, A. The individual bases of political trust: trends in new and established democracies. **International Journal of Public Opinion Research**, v.18, n.1, p. 31-48, oct. 2005.

COLEMAN, J.S. **Foundations of social theory**. Cambridge: Belknap Press, 1990.

DALTON, R.J. Political support in advanced industrial democracies. In: NORRIS, Pippa (org.). **Critical citizens**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

DALTON, R.J. **Democratic Challenges, Democratic Choices**. Oxford: Oxford University Press, 2004.

EASTON, D. **A systems analysis of political life**. New York: Wiley, 1965.

FUKUYAMA, F. **Trust: the social virtues and the creation of prosperity**. New York: Free Press, 1995.

GABRIEL, O.W. Political efficacy and trust. In: VAN DETH, Jan W.; SCARBROUGH, E. **The impact of values**. Oxford: Oxford University Press, 1995.

HARDIN, R. Do we want trust in government? In: WARREN, M.E. (ed.). **Democracy and trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

HUNTINGTON, S. **The third wave: democratization in the late twentieth century**. Norman: University of Oklahoma, 1991.

INGLEHART, R. **Culture shift in advanced industrial society**. Princeton: Princeton University Press, 1990.

\_\_\_\_\_. **Modernización y posmodernización: el cambio cultural, económico y político en 43 sociedades**. Madrid: Centro de Investigaciones Sociológicas/Siglo Veintiuno, 2001.

INGLEHART, R. Postmodernization erodes respect for authority, but increases support for democracy. In: NORRIS, P. (ed.). **Critical Citizens: global support for democratic government**. Oxford : Oxford University Press, 1999.

INGLEHART, R. & WELZEL, C. **Modernization, cultural change, and democracy**. New York: Cambridge University Press, 2005.

INGLEHART, R. & CATTERBERG, G. Trends in political action: the developmental trend and the post-honeymoon decline. **International Journal of Comparative Sociology**, v. 43, n, 3, p. 300-316, aug. 2002.

KLINGEMANN, H. Mapping political support in the 1990s: a global anlysis. In: NORRIS, P.(ed.). **Critical Citizens**. Oxford: Oxford University Press, 1999.

KORNBERG, A. & CLARKE, H.D. **Citizens and community**: political support in a representative democracy. New York: Cambridge University Press, 1992.

LEVI, M. A state of trust. *In*: BRAITHWAITE, V. & LEVI, M. **Trust and governance**. New York: Russell Sage Foundation, 1998.

MISHLER, W. & ROSE, R. Political support for incomplete democracies: realist vs. idealist theories and measures. **International Political Science Review**, v. 22, n. 4, p. 303-320, oct. 2001.

MOISÉS, J.A. A desconfiança nas instituições democráticas. **Opinião Pública**, v. XI, nº 1, p. 33-63, mar. 2005.

NEWTON, K. & NORRIS, P. Confidence in public institutions: faith, culture or performance? *In*: PHARR, S. & PUTNAM, R. **Disaffected democracies**: what's troubling the trilateral countries. Princeton: Princeton University Press, 2000.

NORRIS, P. **Critical citizens**. Oxford: Oxford University Press, 1999a.

\_\_\_\_\_. Institutional explanations for political support. *In*: NORRIS, P. (Ed.). **Critical citizens**: global support for democratic government. New York: Oxford University Press, 1999b.

\_\_\_\_\_. **Democratic Phoenix**: political activism worldwide. Cambridge: Cambridge University Press, 2002.

NYE, J.S. **Why people don't trust government**. Cambridge: Harvard University Press, 1997.

OFFE, C. How can we trust our fellow citizens? *In*: WARREN, M.E. (ed.). **Democracy and trust**. Cambridge: Cambridge University Press, 1999.

PUTNAM, R. **Comunidade e Democracia**: a experiência da Itália moderna. Rio de Janeiro: Fundação Getúlio Vargas, 1996.

RENNÓ, L.R. Confiança interpessoal e comportamento político: microfundamentos da teoria do capital social na América Latina. **Opinião Pública**, v. VII, n. 1, p. 33-59, mai. 2001.

ROSENBERG, M. Misanthropy and attitudes toward international affairs. **Journal of Conflict Resolution**, v. 1, n.4, p. 340-345, dec. 1957.

WARREN, M.E. **Democracy and trust**. New York: Cambridge University Press, 1999.

## Apêndice

### *Confiança Política*

Variável com valores de 0 a 9 que indicam o nível de confiança política manifesta pelos entrevistados. É composta pelo somatório das respostas fornecidas às seguintes questões originais do WVS: Confiança nos Sindicatos (E073), Confiança no Parlamento (E075) e Confiança nos Partidos (E080). Originalmente essas variáveis possuem a codificação 1=confio inteiramente, 2=confio em parte, 3=confio pouco e 4= não confio. Em nossa pesquisa esses valores foram recodificados como segue: 0=não confio, 1=confio pouco, 2=confio em parte e 3=confio inteiramente.

### *Satisfação Financeira*

Variável com valores de 0=insatisfeito a 9=satisfeito. Originalmente a medida variava de 1 a 10. Numeração na base integrada do WVS: C006.

### *Satisfação com a Vida*

Variável com valores de 0=insatisfeito a 10=satisfeito. Originalmente a medida variava de 1 a 10. Numeração na base integrada do WVS: A170.

### *Avaliação do Sistema Político Atual*

Variável com valores de 0=muito mal a 10=muito bem. Originalmente a medida variava de 1 a 10. Numeração na base integrada do WVS: E111.

### *Avaliação do Sistema Político daqui a 10 anos*

Variável com valores de 0=muito mal a 10=muito bem. Originalmente a medida variava de 1 a 10. Numeração na base integrada do WVS: E113.

### *Satisfação com o Atual Governo*

Variável com valores de 0=muito insatisfeito a 3=muito satisfeito. Procedemos a recodificação da medida que originalmente comportava valores de 1 a 4. Numeração na base integrada do WVS: E125.

### *Percepção sobre os benefícios atendidos*

Variável binária com os valores 0=grandes interesses de poucos e 1=em benefício da maioria da população. Procedemos a recodificação da medida que originalmente comportava os valores 1 e 2. Numeração na base integrada do WVS: E128.

### *Percepção sobre a corrupção*

Variável com os valores 0=praticamente não existe na administração pública, 1=existe corrupção em alguns órgãos da administração pública, 2=existe corrupção na maioria dos órgãos da administração pública e 3=existe corrupção em quase todos os órgãos da administração pública. Procedemos a recodificação da medida que originalmente comportava valores de 1 a 4. Numeração na base integrada do WVS: E196.

### *Atitudes Democráticas*

Variável com valores de 0 a 12 que mede o grau de adesão dos entrevistados a atitudes democráticas. É composta pelo somatório das respostas fornecidas a questões sobre a avaliação dos indivíduos acerca das seguintes situações políticas: o governo de um líder forte que não se preocupe com o congresso (E114), o governo de técnicos e especialistas (E115), um regime militar (E116) e um governo democrático (E117). Originalmente essas variáveis possuem a codificação 1=ótimo, 2=bom, 3=ruim e 4=péssimo. Em nossa pesquisa os valores das três primeiras questões foram recodificados como segue:: 0=ótimo, 1=bom, 2=ruim e 3=péssimo. Na última questão, como o sentido é invertido, os valores foram recodificados para 0=péssimo, 1=ruim, 2=bom e 3=ótimo.



### *Índice de Materialismo/Pós-materialismo*

Variável com valores de 0=materialista a 5=pós-materialista. Sem recodificação. Numeração na base integrada do WVS: Y001.

### *Radicalismo político*

Variável que comporta os valores 0=a sociedade em que vivemos precisa de uma revolução para mudar radicalmente, 1=... precisa de reformas para ir melhorando aos poucos e 3=... precisa ser defendida contra qualquer tentativa de subversão. Originalmente a medida comportava valores de 1 a 3. Numeração na base integrada do WVS: E034.

### *Aceitação da corrupção*

Variável com valores de 0 a 36 que mede o grau aceitação dos entrevistados a diferentes práticas corruptas. É composta pelo somatório das respostas fornecidas a questões sobre o grau de justificação atribuída pelos indivíduos às seguintes práticas: tentar obter do Governo benefícios sociais que não tem direito (F114), evitar pagar passagem em ônibus ou trem (F115), pagar menos imposto do que deve ou tentar tirar vantagem na declaração do imposto de renda (F116), comprar alguma coisa sabendo que foi roubada (F117). Originalmente essas variáveis possuem a codificação 1=nunca justificável, 2, 3,... e 10=sempre justificável.. Em nossa pesquisa os valores foram recodificados para variarem de 0 a 9.

### *Participação Política*

Variável com valores de 0 a 9 que mede o grau de participação dos entrevistados em instituições, organizações ou atividades voluntárias. É composta pelo somatório das respostas fornecidas a questões sobre a participação nas seguintes organizações: igrejas ou organizações religiosas (A098), organizações esportivas ou recreativas (A099), organização artística, musical ou cultural (A100), sindicatos (A101), partidos políticos (A102), organização ambiental

(A103), organização profissional (A104), organização de caridade (A105) e outras organizações (A106). Originalmente essas variáveis possuem a codificação 1=participa ativamente, 2=participa sem atuação e 3=não participa. Os dois primeiros valores foram recodificados como 1 e a opção não participa como 0.

### *Confiança Interpessoal*

Variável binária com os valores 0=precisamos ter bastante cuidado quando tratamos com as outras pessoas e 1=pode-se confiar nas pessoas em geral. Procedemos a recodificação da medida que originalmente comportava os valores 1 = pode-se confiar nas pessoas em geral e 2= precisamos ter bastante cuidado quando tratamos com as outras pessoas. Numeração na base integrada do WVS: A165.

### *Interesse por Política*

Variável com valores de 0=nenhum a 3=muito. Procedemos a recodificação da medida que originalmente comportava valores de 1=muito a 4=nenhum. Numeração na base integrada do WVS: E023.

### *Sexo*

Variável binária com os valores 0=feminino e 1=masculino. Recodificamos a medida que originalmente comportava os valores 1=masculino e 2=feminino. Numeração original na base integrada do WVS: X001.

### *Idade*

Variável que indica a idade dos entrevistados em números de anos de vida. Sem procedimentos de recodificação. Numeração original na base integrada do WVS: X003.

## Educação

Variável com valores de 1=baixo a 3=alto. Sem procedimentos de recodificação. Numeração original na base integrada do WVS: X025R.

## Renda

Variável com valores de 1=baixo a 3=alto. Sem procedimentos de recodificação. Numeração original na base integrada do WVS: X047R.

## Abstract

### Researching the individual determinants of trust in politics in Brazil

One of the main explanations of the phenomenon of political distrust within current democracies asserts that it has resulted from a process of cultural change that has been leading in the direction of critical citizenship, as this conjugates with an attitude of challenge that takes a clear position in favor of democracy. Although this argument seems to be consistent in regard to solidly established democratic regimes, its critics have pointed out that such a thesis cannot be extended to regimes that have only recently been put in place. In countries of the latter type, the phenomenon would be better explained by citizens' disenchantment with the concrete ways in which the political system functions, insofar as it does not satisfy the expectations generated throughout the transition process. In this paper we have dealt with this controversy, attempting to test hypotheses for the Brazilian context through research into the individual determinants of political distrust. Using data provided by the *World Values Survey*, we have proposed an analytical model that confronts different hypotheses on the phenomenon with one another and come to the conclusion that the disenchantment thesis is more empirically consistent for the Brazilian case.

**Keywords:** political trust, democracy, disenchantment, cultural change.

